

Responsável pela formação na área de Matemáticas Financeiras, no curso Mulher Vida Activa, na World Trade Center, de Lisboa, de 1992 a 1994. Assistente convidado no INP, para leccionar a cadeira de Indicadores de Gestão, do curso superior de Assistentes de Gestão, de 1989-1990 a 1991-1992. Formador na World Trade Center, Rumos e IG-FORMA. Responsável pela coordenação da formação da IG-FORMA. Desempenhou as funções de chefia do Serviço de Planeamento e Controlo de Gestão da SCML, 1989 a 1992. Professor requisitado, a desempenhar funções de técnico superior nos Serviços Centrais do Ministério da Educação desde 1981 até 2007, com interrupções, como bolsheiro — para fazer mestrado, 2 anos na Escola e uma comissão na SCML. Chefe da Divisão de Pessoal Docente e Não Docente, na Direcção-Geral do Ensino Superior. Professor requisitado, a desempenhar funções de técnico superior no Gabinete de Gestão Financeira. No presente ano, encontra-se a leccionar como professor titular do Departamento de Ciências Sociais, do Ensino Secundário, na Escola Secundária Cacilhas-Tejo, pertencendo ao quadro de nomeação definitiva.

#### IV — Outros elementos:

Enquanto responsável pelo Serviço de Planeamento e Controlo de Gestão, colabora com a Administração da SCML, na elaboração da obra sobre o Planeamento Estratégico desta organização de 1989-93. É co-autor do trabalho de investigação, sobre a aplicação das verbas do PRODEP, levado a cabo na Esc. Básica 23 dos Olivais, sob a orientação do Prof. Doutor João Barroso.

204347192

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

#### Despacho n.º 3405/2011

Considerando que a Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E., constituída pelo Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de Julho, tem como objecto principal a prestação de serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional, à qual são atribuídas missões específicas de desenvolvimento, modernização e gestão das infra-estruturas;

Considerando que a REFER, E. P. E., pretende emitir obrigações, no valor de até 700 milhões de euros, que constitui a terceira emissão ao abrigo do Programa de Euro Medium Term Note, destinado ao financiamento do seu programa de investimentos, incluindo a consolidação do passivo de curto prazo entretanto contraído para o efeito;

Considerando que o investimento se reveste de manifesto interesse para a economia nacional ao inserir-se no processo de modernização e reestruturação da linha ferroviária nacional com os consequentes benefícios económicos e sociais que daí advêm;

Considerando que a presente operação respeita as orientações relativas à variação do endividamento fixadas no Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013;

Considerando que o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, pelo despacho de 28 de Janeiro de 2011, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro, e em consonância com o disposto nos Estatutos da REFER, anexos ao Decreto-Lei n.º 104/97, de 29 de Abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 141/2008, de 22 de Julho, bem como no Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, com a redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, emitiu parecer favorável à contratação deste empréstimo, bem como, à concessão da respectiva garantia pessoal do Estado;

Considerando que foi ouvido o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, nos termos do disposto na alínea *t*) do n.º 1 do artigo 6.º dos respectivos Estatutos;

Instruído o processo pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, ao abrigo do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 112/97, de 16 de Setembro, e do n.º 1 do artigo 80.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e ao abrigo da delegação de competências proferida nos termos do n.º 2.9 do despacho n.º 383/2010, de 29 de Dezembro, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 4, de 7 de Janeiro de 2010:

Autorizo:

1) A Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E., a emitir um empréstimo obrigacionista, no montante de até 700 milhões de euros, inserido no Programa de Euro Medium Term Note, cujas condições financeiras constam da ficha técnica anexa;

2) A concessão da garantia pessoal do Estado, para cumprimento das obrigações de capital e juros no âmbito do empréstimo obrigacionista em questão;

3) A fixação da taxa de garantia em 0,2% ao ano.

2 de Fevereiro de 2011. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

#### Ficha técnica

Emitente: Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E.

Modalidade: Eurobond.

Montante: até 700 milhões de euros.

Finalidade: financiamento do programa de investimentos.

Prazo: 3-5 anos.

Reembolso: numa única prestação (*bullet*), no final do prazo da emissão.

Taxa de juro: fixa, a determinar na data de emissão pública da operação no mercado internacional de capitais.

Garante: Estado Português.

Admissão à cotação: Euronext Lisboa.

Legislação aplicável: lei portuguesa.

204348578

### Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública

#### Despacho n.º 3406/2011

O Decreto-Lei no 490/99, de 17 de Novembro, possibilita, mediante a verificação de circunstâncias específicas, a condução de veículos oficiais pelos trabalhadores dos órgãos e serviços da Administração Pública, ainda que não desempenhem as funções de motorista.

A medida ali prevista permite, sobretudo, uma maior racionalização dos meios, que se traduz, consequentemente, numa redução de encargos para o erário público, são razões que justificam a concessão de autorização genérica de condução de veículos oficiais.

Assim, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, determino o seguinte:

1 — É conferida permissão genérica de condução de veículos do Estado afectos à Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública à licenciada Teresa Maria Caldeira Temudo Nunes, Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e da Administração Pública.

2 — A permissão conferida nos termos do número anterior aplica-se exclusivamente às deslocações em serviço, por estas se entendendo as que são determinadas por motivo público, não abrangendo, de acordo com a legislação aplicável, a utilização de uso pessoal dos referidos veículos.

3 — A permissão genérica conferida pelos números anteriores rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 490/99, de 17 de Novembro, e demais legislação aplicável, e caduca com o termo das funções em que a dirigente se encontra investida à data da autorização.

4 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Setembro de 2010.

8 de Fevereiro de 2011. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *Gonçalo André Castilho dos Santos*.

204347087

### Direcção-Geral dos Impostos

#### Aviso n.º 5120/2011

Por despacho de 23 de Setembro de 2010 do Director-Geral dos Impostos, foi renovada a comissão de serviço do Dr. José Soares Roriz no cargo de Director de Finanças Adjunto da Direcção de Finanças de Braga, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto.

9 de Fevereiro de 2011. — A Directora de Serviços, em substituição, *Ángela Santos*.

204348926

### Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

#### Despacho n.º 3407/2011

Torna-se público que, por meu despacho de 8 de Fevereiro 2011, e nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 73.º, com o n.º 1 do artigo 75.º,

com a alínea c) do artigo 76.º, todos da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, em conjugação com a cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, de 24 de Setembro e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 1 de Março, foi homologada a acta de apreciação do relatório entregue pela trabalhadora Carla Alexandra Carvalho Lopes Osório Nunes, que concluiu com sucesso, o período experimental na carreira/categoria de Técnico Superior, tendo obtido a classificação final de 15 valores.

11 de Fevereiro de 2011. — O Director-Geral, *Luis Pinto*.  
204349711

## Inspeção-Geral de Finanças

### Aviso n.º 5121/2011

Para efeitos do disposto nos artigos 32.º e 33.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, informam-se os candidatos ao procedimento concursal comum, para preenchimento de três postos de trabalho na carreira especial de inspeção e categoria de Inspector, do mapa de pessoal de 2010 da IGF, na modalidade de nomeação definitiva a que se refere o Aviso n.º 19054/2010, publicado no DR, 2.ª série, n.º 188, Parte C, de 27 de Setembro de 2010, Referência A, que a lista intercalar dos resultados da avaliação curricular e o calendário geral da realização das entrevistas dos candidatos aprovados encontram-se disponíveis em [www.igf.min-financas.pt](http://www.igf.min-financas.pt), e no placard da entrada da sede da Inspeção-Geral de Finanças, na Rua Angelina Vidal, n.º 41, em Lisboa.

10 de Fevereiro de 2011. — O Presidente do Júri, *Francisco Nobre Pires dos Santos*.

204351444

### Aviso n.º 5122/2011

Para efeitos do disposto nos artigos 32.º e 33.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, informam-se os candidatos ao procedimento concursal comum, para preenchimento de dois postos de trabalho na carreira especial de inspeção e categoria de Inspector, do mapa de pessoal de 2010 da IGF, na modalidade de nomeação definitiva a que se refere o Aviso n.º 19055/2010, publicado no DR, 2.ª série, n.º 188, Parte C, de 27 de Setembro de 2010, Referência B, que a lista intercalar dos resultados da avaliação curricular e o calendário geral da realização das entrevistas dos candidatos aprovados encontram-se disponíveis em [www.igf.min-financas.pt](http://www.igf.min-financas.pt), e no placard da entrada da sede da Inspeção-Geral de Finanças, na Rua Angelina Vidal, n.º 41, em Lisboa.

10 de Fevereiro de 2011. — O Presidente do Júri, *Francisco Nobre Pires dos Santos*.

204351477

### Aviso n.º 5123/2011

Para efeitos do disposto nos artigos 32.º e 33.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, informam-se os candidatos ao procedimento concursal comum, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira especial de inspeção e categoria de Inspector, do mapa de pessoal de 2010 da IGF, na modalidade de nomeação definitiva a que se refere o Aviso n.º 19056/2010, publicado no DR, 2.ª série, n.º 188, Parte C, de 27 de Setembro de 2010, Referência C, que a lista intercalar dos resultados da avaliação curricular e o calendário geral da realização das entrevistas dos candidatos aprovados encontram-se disponíveis em [www.igf.min-financas.pt](http://www.igf.min-financas.pt), e no placard da entrada da sede da Inspeção-Geral de Finanças, na Rua Angelina Vidal, n.º 41, em Lisboa.

10 de Fevereiro de 2011. — O Presidente do Júri, *Francisco Nobre Pires dos Santos*.

204351493

## Instituto Nacional de Administração, I. P.

### Aviso n.º 5124/2011

Lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum, Aviso 22343/2010, de 4 de Novembro — Ref. A — Departamento de Administração Geral — Área de Recursos Humanos, para o preenchimento de um posto de trabalho, na categoria de assistente técnico. Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, conjugado com a alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública que se encontra afixada a lista unitária de ordenação final

dos candidatos, em local visível e público nas instalações do INA, I. P., e disponibilizada na respectiva página electrónica.

11 de Fevereiro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Francisco Ramos*.

204349558

## MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

### Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar

#### Despacho n.º 3408/2011

1 — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º e do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de assessor financeiro no meu Gabinete o licenciado Nuno Filipe André Gaudêncio.

2 — Ao nomeado é atribuída a remuneração mensal correspondente ao vencimento e às despesas de representação fixados para os adjuntos dos gabinetes dos membros do Governo, acrescida das demais regalias em vigor.

3 — Os subsídios de férias e de Natal a que tiver direito, nos termos da lei, terão por base aquela remuneração mensal.

4 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2011.

3 de Fevereiro de 2011. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

204346211

#### Louvor n.º 149/2011

Louvo José de Matos Leitão — que cessou funções no meu Gabinete a 31 de Janeiro — pela forma extraordinariamente competente e dedicada com que desempenhou as exigentes funções de assessor financeiro, desde o início da presente legislatura, acompanhando e preparando o processo de tomada de decisão em matérias de considerável complexidade.

Com uma larga experiência ao serviço da função pública na área financeira, mostrou uma invulgar capacidade de trabalho, a par de um rigor e de uma competência técnica excepcionais. Tais atributos, aliados às altas qualidades humanas que revelou, em muito contribuíram para a resposta excelente que sempre deu às múltiplas solicitações que lhe foram feitas. É-me, assim, particularmente grato deixar público louvor de José de Matos Leitão que, com o desempenho no meu Gabinete, culmina uma notável carreira na função pública.

1 de Fevereiro de 2011. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos*.

204347913

## Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

#### Despacho (extracto) n.º 3409/2011

Por despacho de 11 de Janeiro de 2011, do Director-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, precedendo procedimento concursal para ocupação de posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, para acompanhamento e avaliação do período experimental previsto para o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado do técnico superior Manuel da Silva Lopes, com início em 11 de Janeiro de 2011, foi designado o seguinte júri:

Presidente — Coronel António da Silva Lopes, Director de Serviços de Recrutamento e Assuntos do Serviço Militar;

1.º Vogal — Dr. António Valdemar Ideias Cardoso, Chefe da Divisão de Assuntos da Profissionalização do Serviço Militar;

2.º Vogal — Tenente-Coronel Anabela Costa Varela, Chefe de Divisão de Deveres Militares.

11 de Janeiro de 2011. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.  
204344698

#### Despacho (extracto) n.º 3410/2011

Por despacho de 31 de Janeiro de 2011 do Director-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, precedendo procedimento concursal, após conclusão com sucesso do período experimental (18 valores) que decorreu no período compreendido entre 30 de Dezembro de 2009 e 30 de Junho de 2010, dá-se como consolidado definitivamente o contrato de trabalho